

## ***A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português***

LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA\*

Nos dias de hoje, qualquer pessoa que comece a estudar história de modo mais metódico e institucional aprende em suas primeiras lições que o ano de 1929 foi fundamental para esta disciplina e por que não para o homem ocidental. Não estamos aqui a falar da crise mundial ocorrida naquele ano, mas, sim da fundação da “Revista dos Annales”. Se, para o campo da economia, aquela foi um dos acontecimentos mais relevantes da trajetória humana, para o campo historiográfico, Marc Bloch e Lucien Febvre o foram para esta ciência. A partir daí a historiografia ocidental nunca mais seria a mesma. Profundas e sucessivas mudanças ocorreram e ocorrem cada vez mais rapidamente. Até mesmo, por que, como aqueles autores nos ensinaram, a produção historiográfica está relacionada ao momento em que é elaborada. Entretanto, não devemos acreditar que os “pais” dos Annales, ou os que vieram em seu rastro, tenham sido os únicos que propuseram um novo tipo de escrita da história e de suas diversas áreas, como a história social, a econômica, a cultural, a militar e etc (DOSSE, 1992; BURKE, 1992).

Dito isto, a proposta deste artigo é estabelecer um diálogo entre alguns textos, que de certa forma buscam caracterizar a chamada *Nova História Militar* (TEIXEIRA, 1991; PARENTE, 2006; WEHLING, 2001; SANCHES, 2010; e COELHO, 1985) com trabalhos publicados há pouco que se baseiam nesta nova abordagem e como por meio desta conseguiram trazer novos elementos para a história social, mais precisamente para a história do Império português. Tomamos a liberdade de escolher duas das mais importantes e recentes obras gerais, ambas lançadas em 2004, que têm como foco a história militar, a saber: o segundo volume da *Nova História Militar de Portugal*, coordenada por António Hespanha e; a *Nova História Militar Brasileira*, organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (HESPANHA, 2004; e CASTRO, 2004). Nosso intuito não é trazer nenhuma novidade, mas sim, mostrar, especialmente

---

\* Universidade Veiga de Almeida – Cabo Frio (RJ); Doutorando em História (UFF); Mestre em História Social (UFRJ); pesquisa financiada pelo CAPES.

para jovens pesquisadores, o quão frutífera pode ser a investida na história militar e a viabilidade deste tipo de pesquisa em nosso país.<sup>1</sup>

No prefácio da obra portuguesa, Hespanha evidencia que se procurou dar uma renovação na história militar lusa, não apenas com a abordagem de novos temas, mas igualmente, focar assuntos tradicionais com metodologias novas. Sob este prisma, grande atenção, então, foi dada a análise da relação que aquele Estado estabeleceu com a chamada “Revolução militar” do século XVII (PARKER, 2005), em especial as inovações que introduzia nos campos de batalha:

(...) novas tecnologias da guerra – terrestre e naval –, o novo conceito de disciplina, as novas modalidades de enquadramento e direção de grandes massas humanas, as novas exigências financeiras, os novos componentes científico-técnicos da formação militar. (HESPANHA, 2004:7).

Um dos grandes feitos do livro é estabelecer uma aproximação com a produção europeia mais recente, tanto de uma historiografia mais ampla, sobretudo a que se debruça na análise da formação dos Estados modernos, como a militar. Assim, a leitura evidencia ao leitor as especificidades lusas frente aos demais Estados europeus (PARKER, 2005).

Os autores “brasileiros”<sup>2</sup> igualmente procuraram o diálogo com produções fundamentadas nesta nova abordagem e destacaram a importância de uma aproximação da história militar com a do Brasil. Todavia, não se colocaram como pioneiros e apontavam que esta havia sido uma das lições do primeiro “método” de escrita da história do Brasil, que fora proposto por von Martius, em 1845. Como sabemos, este autor vence o concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), órgão semioficial, que se preocupava em formar uma identidade nacional, de um Estado recém independente, no qual era urgente saber “Como se deve escrever a história do Brasil?” (GUIMARÃES, 1988). Embora, Martius e Spix, ainda no século XIX, igualmente tenham tocado nesta relação, ao que parece, grande parte da historiografia brasileira, ao longo do século XX, a negligenciou. Os naturalistas alemães destacaram ainda que a transferência de uma estrutura portuguesa para a América lusa não se dera sem modificações e que, portanto, dever-se-ia levar em consideração as especificidades brasileiras frente aos portugueses. Neste sentido os “brasileiros”

---

<sup>1</sup> Ultimamente em vários programas de pós-graduação das universidades brasileiras há uma rica produção de trabalhos que trazem contribuições à História Social por meio da Nova História Militar, como por exemplo, MOREIRA, 2010; GOMES, 2010; MELLO, 2002; MIRANDA, 2006; LOUREIRO, 2010.

<sup>2</sup> Passamos a chamar de “brasileiros” os autores da obra Nova História Militar Brasileira.

resgatam os ensinamentos destes escritores oitocentistas, por buscarem o diálogo e por focarem as peculiaridades locais (CASTRO, 2004).

Uma das preocupações da *Nova História Militar* é propor uma nova abordagem da guerra. Destarte, Arno Wehling destacou que devemos, ao lidar com a categoria guerra, estar atento ao fato de que a “história da guerra”, assim como a própria história não é um fenômeno linear e universal. Em outras palavras, ela tem a sua historicidade variando de acordo com a temporalidade e, mais ainda, possui um significado diferente nas diversas culturas produzidas pela humanidade (WHELING, 2001). Destarte, a guerra para os índios tupinambás não possui o mesmo significado que para os soldados que combateram na Segunda Guerra Mundial. Este exemplo, igualmente, foi citado por Marcos Sanches. Este autor, apoiado em Florestan Fernandes, evidenciou que a guerra na sociedade Tupinambá fazia parte de uma dinâmica social que lhes era própria. Assim, antes de tornar a guerra um fator natural, ela deve ser vista dentro da historicidade a que esta inserida, como toda ação humana, como corroborou Wheling (WHELING, 2001; SANCHES, 2010). Para ficar ainda mais claro, o mesmo conflito pode apresentar representações paradoxais, de acordo com os adversários. Lembremos o caso da Guerra do Vietnã. Os soldados americanos não enxergavam o conflito da mesma forma que seus opositores vietcongues.

Por outro lado, os textos apresentados por Hespanha têm a intenção de introduzir conceitos da época que, até então, foram negligenciados, como a “guerra justa” contra os infiéis; o “serviço de mercês” e a necessidade de retribuição deste serviço por parte da Coroa lusa; a presença de clientes e das relações pessoais e hierárquicas da sociedade estamental; entre outros (HESPANHA, 2004).

Mas, mesmo se compararmos o envolvimento luso nesta “Revolução militar”, frente às demais nações europeias, podemos notar algumas características que lhes são próprias, como sublinhou aquele autor. Entre as quais o modo como a população se envolveu nas batalhas e guerras. Os lusos se mostraram bastante arredios a elas, fugiam do recrutamento e havia grande número de deserção dos soldados. E aqui temos um exemplo de como a *Nova História Militar* pode ser trabalhada de forma inovadora. A explicação buscada para os fatos citados não ficou circunscrita a abordagem castrense. Procurou-se dar uma visão mais acurada e refinada dos problemas a serem enfrentados, no que diz respeito aos conceitos, além, é claro, de contextualizá-los dentro das

conjunturas específicas de cada guerra. O caminho a ser seguido, portanto, era fugir do anacronismo, presente numa historiografia militar tradicional que insere na modernidade conceitos que só surgirão posteriormente como a ideia de “nação em armas”, “exército nacional” ou patriotismo; termos ligados ao aparecimento do nacionalismo no século XIX (HOBSBAWM, 2004). Neste sentido, ampliou-se o olhar para além dos conflitos bélicos propriamente ditos, que, no entanto, não seriam descartados.

Os “brasileiros” evidenciaram que os poderes do Estado não eram fortes suficientes para se imporem frente aos poderes privados locais (CASTRO, 2004). Deste modo, por exemplo, Christiane Pagano de Mello sublinhou, em seu artigo, como as elites nas Minas conseguiram se estabelecer frente ao representante direto da Coroa, o governador de Minas, na segunda metade do século XVIII, quando se discute a necessidade de se recrutar homens para a defesa da região sul, em razão da volta da hostilidade entre os monarcas ibéricos.<sup>3</sup>

Para o caso brasileiro, o problema do recrutamento igualmente se colocava, mas sob uma ótica diferente. Dentre os que fugiam do recrutamento em Minas, alguns poderiam ser os que já o haviam feito anteriormente no Rio de Janeiro. Maria Fernanda Bicalho enfatizou que no início do século XVIII, quando começam a ser descobertas e exploradas as primeiras minas de ouro, muitos soldados fugiram daquela capitania e da Bahia para a região aurífera, mesmo depois das duras medidas adotadas pelas autoridades coloniais, como o governador geral em Salvador e o governador da capitania do Rio de Janeiro. Mas que apesar delas e da necessidade urgente de defesa da América, por vezes, a Coroa havia de retroceder e permitiu, por exemplo, que alguns soldados tivessem liberdade de ir àquela região por um período de três meses para que pudessem ganhar algum dinheiro e voltassem para servir com mais gosto.<sup>4</sup>

Entretanto, o problema do recrutamento no Rio de Janeiro já era sentido na centúria anterior, quando o pagamento dos soldos, que por sinal já eram muito baixos, não se realizava de modo regular, o que aumentava a deserção. Outra questão urgente

---

<sup>3</sup> Outros trabalhos também mostraram o problema do recrutamento nas minas no mesmo período entre os quais podemos destacar COSTA, 2006. E a própria tese de doutorado da referida autora que aborda outras regiões MELLO, 2002; SILVA, 2001.

<sup>4</sup> O Rio de Janeiro, por exemplo, seria invadido no século XVIII pelos franceses por duas vezes. Já na fronteira com o Prata, os conflitos com a Espanha na Europa, voltavam a preocupar. (BICALHO, 2003: 317-322).

eram as instalações militares, mais precisamente trincheiras e fortalezas, que precisavam de reformas e construções. Para tal os “homens bons” deveriam ajudar, seja fornecendo seus escravos para o trabalho ou utilizando suas fazendas.<sup>5</sup> Estes, por sua vez, não se negavam a contribuir, como também mostra Mello para o caso das Minas (2002), contudo, só o faziam em caso de conflito deliberado. Seus argumentos se baseavam no fato de sempre terem se mostrado bons vassalos e que em outras ocasiões se prestaram a tal ação. Todavia, a constância deste tipo de serviço, justificavam eles, estava arruinando suas economias, além do mais, muitos se apresentavam enquanto nobres e, por isso, isentos de tal prerrogativa. Deste modo, apesar de uma política agressiva, imposta pelo governador D. Álvaro de Albuquerque, em 1704, seus esforços foram em vão e conseguiu-se apenas 50 homens para compor as forças de defesa no Rio de Janeiro (BICALHO, 2003; MOREIRA, 2010 e BLANCO, 2009).

Os exemplos de Mello e de Bicalho mostram como que através de um olhar militar podemos entender a relação entre o centro e a periferia. Compreensão que não se dá apenas no campo bélico e sim nas estruturas do exercício de poder cotidiano e de seus limites, tanto para o Estado português, por meio de seus representantes diretos, como para as elites locais. Desta maneira, uma lógica que privilegia uma relação autoritária da Coroa frente a este espaço periférico cai por terra. Abrindo-se assim espaço para uma relação baseada na negociação (GREENE, 2010).

A análise sobre o recrutamento, tanto em Portugal como na América, permite colocar determinados conceitos em xeque. Para Portugal, é possível perceber que por muito tempo se utilizou conceitos anacrônicos, particularmente os ligados a uma ideia de nação ainda não existente. Desta feita, torna-se mais fácil entender a representação elaborada por Hespânia e Ana Nogueira da Silva a respeito da identidade lusa no período moderno. Para estes autores os portugueses se uniam não pelo sentimento nacional, mas sim por oposição aos “outros” (infiéis e castelhanos), ou seja, antes de serem lusos eram cristãos e anticastelhanos (HESPANHA e SILVA, 1993).

Do outro lado do Oceano Atlântico, a análise sobre o recrutamento permite ponderar melhor a relação entre centro e periferia. Destarte, ficam mais claras determinadas características que até então permaneciam embotadas. É claro que toda uma nova historiografia pautada na crítica ao absolutismo europeu, sobretudo o luso,

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de “homens bons” ver: BICALHO, 2003.

que é o que nos interessa aqui, e na relação que se estabelece entre o centro e a periferia ajudará a entender tal fenômeno.<sup>6</sup> Mas, não podemos negligenciar a importância dos militares no processo de colonização da América lusa, afinal de contas tratava-se de uma Conquista.<sup>7</sup> Assim, podemos ver como os ofícios militares eram um importante instrumento de hierarquização social, promovendo a inserção das elites locais a uma ordem política pautada pela lógica do Antigo Regime luso, na qual as desigualdades sociais cumpriam papel estrutural. Ao mesmo tempo, permitiam a manutenção e reprodução destas elites passando pelo pacto entre estas e a Coroa, a quem cabia, em última instância, controlar os mecanismos mais importantes da ascensão social.<sup>8</sup>

Desta feita, podemos ver nas palavras de Monteiro e Cunha como estudos que tenham como objetos os militares podem nos ajudar a compreender fenômenos mais amplos, neste caso, a Monarquia Pluricontinental.

A orientação geral pode, desde já, ser enunciada: dentro de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela comunicação permanente e pela negociação com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (**militares**, judiciais, tributárias, eclesiásticas, mercantis e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual pode ou não ocorrer, mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro (CUNHA e MONTEIRO, 2005: 194).

Se, por um lado, analisando os aspectos militares, melhoramos o entendimento do elo entre Portugal e sua periferia, por outro, podemos compreender mais substancialmente a própria formação do Estado moderno luso. Até mesmo porque este se formou na relação com o ultramar, portanto, na sua faceta imperial. Charles Boxer já havia destacado que o Império português era marítimo, comercial, militar e eclesiástico (BOXER, 1967 e MONTEIRO, 2005). Deste modo, uma análise que não leve em consideração um diálogo entre estas categorias fatalmente não produzirá bons frutos.

E aqui abrimos um parêntese para apreender de modo mais claro esta questão. Uma das inovações da *Nova História Militar* e o conceito de “guerra total”, que surge

---

<sup>6</sup> E aqui citamos as obras dos autores: António Hespanha, Nuno Monteiro, Fernanda Olival entre outros.

<sup>7</sup> O texto que aborda esta questão de modo sucinto para as diversas colônias americanas é o de BICALHO, 2005.

<sup>8</sup> Atualmente a historiografia, tanto brasileira quanto a portuguesa, tem mostrado uma nova relação entre centro e periferia. Estes novos estudos começam a ser sintetizados e inicia-se a construção do conceito de Monarquia Pluricontinental. Cf. CUNHA, 2005; e; FRAGOSO e GOUVÊA, 2009.

no século XX. A Revolução Industrial e suas diversas etapas, principalmente a chamada Segunda Revolução, em meados do XIX, aumentou “consideravelmente a capacidade não só de mobilização de tropas, com o caminho de ferro, mas também do potencial de destruição com a industrialização da tecnologia militar” Este quadro foi se potencializando aos poucos até a Segunda Guerra Mundial, quando a lógica de fornecimento de suprimentos para a guerra passava a ser ilimitada, fruto do desenvolvimento tecnológico humano. As guerras começavam ser encaradas como fenômenos globais, mundiais, de longa duração e de mobilização de toda a sociedade. A população participava direta ou indiretamente nos conflitos, seja pelo recrutamento maciço ou pelo suporte material, econômico e moral que dava. Além do mais, a “guerra total” trouxe cicatrizes profundas que foram sentidas por toda a sociedade em vários campos, a saber: demográfico, na mão de obra, na economia e etc. Tal panorama pode ser resumido pelo fato de ser “uma guerra que afecta as próprias estruturas sociais e, mais do que isso, se constitui como factor de mudança social”. (TEIXEIRA, 1991:63-64).

É a partir deste enfoque que começa a se pensar como as sociedades se organizavam para a guerra e como ela mudava a sua organização, portanto, há uma relação dialética entendida aqui na sua amplitude, ou seja, nos caracteres sociais, culturais, econômicos e etc.

Dito isto, voltamos novamente ao Império português. Como que por meio da inserção de Portugal nos conflitos europeus, asiáticos, africanos e americanos o Estado se organizou para manter ou expandir seu domínio marítimo, comercial, militar e eclesiástico? Para responder a esta pergunta é vital uma abordagem mais ampla, na qual se destaca a ideia de uma “guerra total”, que permite entender melhor a montagem da formação do Estado luso. Vejamos como Hespanha a apresenta.

Hespanha, na introdução do livro, começa a problematizar primeiramente sobre o que teria sido a Revolução Militar do século XVII, conceito “popularizado” por Michael Roberts em 1956. Este defende que naquele período haveria ocorrido uma mudança tecnológica e de infraestrutura no modo de se fazer a guerra, que teria começado na Suécia e chegado à Holanda, o que permitiu aos batavos vencerem os espanhóis, que se mantiveram adeptos ao modelo tradicional. Hespanha questiona a posição de Roberts ao se apropriar do trabalho de Geoffrey Parker. Este autor demonstra

que a Espanha teria sim aderido a Revolução militar aproximadamente 100 anos antes, com a utilização intensiva da artilharia, renovação da arquitetura militar, novos modelos administrativos e financeiros na atividade militar.

Hespanha lamenta que os dois autores citados não problematizem acerca do envolvimento luso nesta Revolução, pois por este paradigma contrastante se poderia conceituar melhor tal movimento. Portugal apresentava uma especificidade que era a própria guerra ultramarina, com o uso de artilharia na guerra naval, a fortificação, a administração e a “logística de uma guerra longínqua, o sistema de ordenanças ou mesmo a criação de impostos militares” (HESPANHA, 2004). Com características bastante exóticas, o modelo de guerra luso primava por seu componente naval de traço anfíbio e pelo apoio da artilharia embarcada. Assim sendo, não teria participado destas inovações militares no século XVII. A proposta, então, do autor, é exatamente comparar Portugal com os demais Estados europeus, no que diz respeito às inovações bélicas.

A mais importante mudança fora a introdução das armas de fogo, como o arcabuz e o mosquete (que substituía o arco na Europa). Estes armamentos alteraram a distribuição das tropas no campo de batalha do mesmo modo como fizera com a tática utilizada. Em Portugal e no espaço ultramarino também foram empregadas. As especificidades técnicas destas armas, que demandavam muito tempo para serem novamente carregadas e postas em uso, precisavam de uma maior disciplina e treinamento por parte dos exércitos, para que a ação se tornasse mecânica, automática e rápida. Por isso, toda uma literatura foi escrita e um conjunto de ações padrões pensado. Para dar os comandos e instruir estes soldados passavam a ser necessários um corpo intermediário entre os oficiais e os soldados, surgindo, então, os suboficiais. Devido ao modo como foi adaptada aos navios lusos, a artilharia se tornava tão vital que se constituía num pilar da dominação lusa no ultramar, durante o século XVI.

O crescente uso desta artilharia traz o problema do abastecimento. Era preciso que se produzissem as munições e as armas, para isto metais deveriam ser extraídos da natureza; uma rede comercial para fornecê-los aos exércitos e; manter os soldados, que aos poucos iam se tornando profissionais, com alimentos, fardas, treinos etc. A guerra se consubstanciava numa arte cada vez mais especializada, portanto seus participantes careciam de treinos, de escolas preparatórias, de mapas, de conhecimentos matemáticos, de literatura militar entre outros.

O saber por parte dos lusos era adquirido nos campos de batalha através da experiência. Até mesmo porque as querelas lusas no ultramar não utilizavam a tecnologia europeia e sim outro método, oriundo das guerras de guerrilhas, típicas de cada área colonial, tais como, a “guerra brasílica” em Pernambuco (MELLO, 1998). Destarte, este era basicamente o único conhecimento dos soldados lusos, que marcadamente eram indisciplinados, também. Este tipo de comportamento estava presente em todos os níveis do exército, tanto nos oficiais como nos soldados. Os primeiros por se filiarem ao ideal da cavalaria, negando o comando militar a qualquer pessoa que não fosse o próprio rei e os segundos por não terem uma formação militar.

No que diz respeito à disposição e distribuição das tropas a cavalaria perdeu espaço para a infantaria, que se torna cada vez maior. Todavia, o prestígio social dos cavaleiros era demasiado importante, o que também ocorreu em Portugal, onde era considerado um nobre.

As necessidades da guerra de Restauração portuguesa, em 1640, levaram a composição de exércitos permanentes. Uma nova maneira de recrutamento fora pensada. Não se podia mais utilizar como soldados os chamados “filhos-família”, que tinham a função de dar continuidade à determinada linhagem. Era necessário compatibilizar a vida civil, que deveria continuar, com a vida militar. O recrutamento deveria incidir sobre os “desobrigados”, indivíduos que, de um modo geral, estavam afastados ou deslocados dos laços clientelares da sociedade. Tal fator dificultava a imposição de disciplina, já que eram “marginais” a sociedade, sendo “amancebados”, “desgovernados de seus bens”, frequentadores de bordéis etc. Logo, a linha que dividia os soldados dos vagabundos era muito tênue ou não existia. Era necessário que os mantivessem nos quartéis ou nos próprios presídios, afastados da vida civil e social. O problema ainda era maior devido aos constantes atrasos no pagamento que levavam aos soldados a praticar mais desordens, como saques e roubos. (HESPANHA, 2004).

Outra inovação nos seiscentos fora o crescimento dos efetivos devido aos conflitos entre os Estados, o que tornava vital um instrumento de recrutamento mais eficaz. Nas regiões de vanguarda o processo passou das hostes senhoriais ou dos concelhios para a conscrição, o que não ocorreu em Portugal, onde era capital a influência que o senhor de terras ou o donatário tinha como capitão de seu senhorio. Este não era obrigado a servir com um número determinado de soldados, mas o costume

o levava a dar uma quantidade de pessoas correspondente aos vassallos que estavam sobre sua alçada, diferentemente do senhor feudal clássico, que era compelido a servir ao rei com um número pré-determinado de homens.

Para as tropas concelhias, do meio urbano, as coisas foram mais problemáticas. As Ordenanças, como eram chamadas, comandadas pelos capitães de infantaria ou de cavalaria, enfrentaram problemas na composição de suas fileiras. O processo, muitas vezes, fora feito a força, sobretudo quando incidiu sobre aqueles indivíduos que compunham as camadas marginais da sociedade. Foi somente na segunda metade do século XVII que o recrutamento começou a ganhar feições mais modernas, contudo prevalecia uma visão corporativa. Todavia, não acabou com a grande deserção, comum em toda Europa.

Problemas não faltavam. Desta maneira, a provisão de armas constituía um deles. Depois que D. Sebastião, em 1570, criou as Ordenanças, o que obrigava a cada pessoa a ter a sua própria arma, de acordo com o seu status social, percebeu-se que faltavam tais instrumentos no reino. Portanto, haveria de se pensar uma maneira de introduzi-los em Portugal. Os comerciantes passavam a ser imprescindíveis, já que eram obrigados a terem estas mercadorias em número suficiente para a venda.

Um melhor gerenciamento da parte financeira se tornava mais urgente e necessário. Juntamente com a Revolução militar aconteceu, portanto, uma Revolução financeira, posto que era vital que se disponibilizasse mais dinheiro, em menos tempo e de modo mais eficiente, para a montagem dos exércitos, fato que ocorreu em Portugal, após a Restauração. Houve uma reorganização do sistema fiscal luso para financiar as operações militares, tanto no reino como nas conquistas. Abria-se caminho para novos atores sociais, como contratadores, agentes financeiros e comerciais que iriam lidar com estes impostos, tanto na cobrança da população, como no adiantamento que faziam para o Estado, o que possibilitava por parte deste um fluxo regular de dinheiro.

Todas estas características militares apontadas causaram mudanças no sistema político europeu. Desta feita, Espanha apontou 6 (seis) relações entre sociedade civil e militar. Primeiro, o aumento do poder estatal, tanto internamente, como externamente. Internamente por concentrar poderes nas mãos do monarca que o colocava em uma relação desigual com os outros senhores. Externamente, por permitir que estados

pequenos, mas com exércitos fortes, continuassem a via diplomática por outros meios, pela guerra.

Segundo, a criação de uma unidade orçamentária e fiscal, fruto da necessidade de um melhor gerenciamento dos excessivos gastos militares. O Estado passava a contar apenas com um único fundo para todas as suas despesas. Ao mesmo tempo, havia uma intervenção da Coroa cada vez maior na questão tributária. O que gerou uma burocracia mais organizada.

Terceiro, o desenvolvimento tecnológico da guerra e de uma organização mais racional influenciou nas tarefas estatais. Muitos militares passavam a servir ao Estado também na esfera “civil”.

Quarto, a crescente necessidade de disciplina por parte dos exércitos facilitou a naturalização e aceitação de uma sociedade com hierarquias fixas e com comandos centralizados, o que refletiu no sistema político do Antigo Regime.

Quinto, o conjunto de normas da guerra moderna levou a formulação de uma ética política, apesar da obra de Maquiavel. O código de honra militar gerou normas laicas, que condenavam mentiras e valorizavam o direito e a justiça.

Sexto, desenhou um quadro político no qual os militares passavam a ter papel central.

No entanto, nem todas estas características chegaram ao mundo luso. Vejamos como Hespanha explica tal processo. Para Portugal a montagem de Armadas para o oriente, no início do XVI fora vital, posto que seria a presença militar nas Índias que permitiria o controle das rotas comerciais daquele espaço. As conquistas naqueles *lócus*, com suas rotas mercantis e possessões territoriais, só se mantiveram enquanto fora possível a existência de uma Armada forte. Quando Portugal deixou de ser uma potência marítima, no século XVII, suas possessões ficaram vulneráveis, como atestou as invasões estrangeiras no Atlântico sul. A manutenção destas Armadas fez com que o dinheiro fosse destinado a defesa do ultramar, com isso a costa europeia permaneceu repleta de corsários.

No que diz respeito às forças terrestres houve graves problemas. As Ordenanças eram mal equipadas e criaram obstáculos à centralização monárquica, posto que permitiam grandes poderes aos senhores locais. As forças das Ordenanças disputavam poder com a tropa profissional da Coroa. Mesmo após a Restauração Portuguesa (1640)

e a introdução de um exército profissional mais consistente, este não se impôs frente aos poderes periféricos. O “sistema de mercês” contribuiu também para colocar barreiras a uma maior centralização e o constrangimento que o Rei tinha em retribuir os serviços prestados por pessoas ligadas aqueles poderes.

No aspecto administrativo houve uma modernização motivada pela necessidade de prover o exército. Esta por sua vez se constituiu de modo paralelo a estrutura administrativa periférica, não inserida na ótica polissinodal. (HESPANHA, 1994 e COSENTINO, 2009). Novos impostos foram criados e seus recursos eram destinados unicamente a um fim específico, o exército, embora continuassem a depender da aprovação das Cortes periodicamente.

No campo da literatura também houve inovações, que versavam sobre a organização da milícia; sobre a estratégia militar e; meios de financiar as batalhas entre outros temas ligados à guerra, que se baseavam em modelos racionais. Procurou-se incentivar indústrias bélicas e a interesses estratégicos, em especial à construção naval. A engenharia militar conheceu um grande desenvolvimento, sobretudo na arquitetura urbana utilitarista.

Passava-se a adotar a noção de guerra justa, mas não mais ligada à religião. Iniciava-se a laicização da guerra. As alianças com infiéis eram permitidas, desde que o reino estivesse ameaçado e necessitando destas, que, no entanto, deveriam ser elaboradas sem nenhum ‘escândalo’. A guerra deveria respeitar a honra e, antes de declarada, se averiguaria as suas causas para que se declare a sua justeza, o que competia aos Conselheiros do Rei.

Mas não há um disciplinamento da tropa, lhes era permitido fazer o saque, quando não recebessem o soldo, e quando retomavam os próprios bens que haviam sido roubados. Portanto,

Como conclusão geral, poder-se-ia dizer que, ao contrário do que acontece em estados como o Piemonte, a Dinamarca ou a Suécia, a guerra e a instituição militar não se apresentam, em Portugal, como factores decisivos de estabelecimento de um novo modelo político. Embora possa ter contribuído com elementos que lhes são funcionais, como acontecerá, sobretudo, no campo financeiro. (HESPANHA, 2004:366).

Fernando Dores Costa destacou que as forças bélicas lusas eram diminutas, o que levou a uma relação sociedade-guerra diferente do resto da Europa, particularmente

da França.<sup>9</sup> O caráter periférico de Portugal frente aos demais Estados europeus acarretou a uma postura mais defensiva do que ofensiva e, assim, ao invés, de atuar nos campos bélicos, optou-se pela via diplomática que procurava manter o Estado neutro em relação aos conflitos existentes. Por sua vez, a própria sociedade, em todas as suas camadas, buscava fugir das obrigações militares, o número de desertores foi elevado e houve problemas no recrutamento. A sociedade se mostrava conivente com tal prática e oferecia proteção a estes indivíduos, especialmente por meio das redes clientelares e de privilégios. Desta feita, a sociedade conseguiu impor limites a administração régia no que diz respeito aquele processo.

Esta característica pode ser explicada pela identidade existente na época moderna, que difere da do século XIX-XX, na qual o nacionalismo já se encontrava presente. Não existia a ideia de nação. Estavam presentes diversas identidades de acordo com interesses específicos. Os homens comuns associavam a pátria ao espaço geográfico no qual havia nascido e vivido. Do mesmo modo, a presença de um estado polissinodal servia para criar obstáculos para a constituição de um possível poder despótico da monarquia, temido por todos, posto que sabiam que em momentos de guerra existia a possibilidade deste poder se fortalecer e se impor frente à sociedade.

Esta relação frouxa entre a sociedade e a organização bélica também foi sentida nos espaços ultramarinos. Nestes lócus se reclamava que os soldados eram desertores, vagabundos, incapacitados, libertinos e outros adjetivos desclassificantes. Por outro lado, as milícias ou Ordenanças tiveram um papel mais atuante no mundo colonial do que em Portugal, fato que fortalecia o poder das elites locais em detrimento do poder régio. Além do mais, estes ofícios militares eram vitais, posto que se constituiu num dos canais de integração dos espaços ultramarinos ao reino. Local que igualmente permitiu aos nobres não titulares uma ascensão social, por meio da carreira das armas, devido aos serviços prestados à Coroa.

Em tempo de conclusão, um olhar castrense tem muito a oferecer a história social. Nuno Teixeira enfatizou vários elementos que podem ser inseridos na história militar. Destacamos aqui apenas alguns, que estão mais diretamente relacionados à nossa preocupação e a temporalidade dos estudos que aqui foram citados. Com isso,

---

<sup>9</sup> Só para citar 3 estudos clássicos sobre a França, ver ANDERSON, 1985; LADURIE, 1994 e TILLY, 1996.

pode se dar um alargamento do campo historiográfico, com a introdução de novas problemáticas de outros campos (TEIXEIRA, 1991:69). Neste sentido, é possível perguntar: Como era o processo de nomeação dos ofícios militares empreendidos pela Coroa? Levava-se em conta o status social do candidato ou sua experiência militar?<sup>10</sup> Perguntas que podem ser formuladas de acordo com este novo prisma.

Teixeira, também, sublinhou que é possível aprofundar alguns temas tradicionais, a saber: a experiência do combate, o estudo da “frente interna” (a sociedade em guerra, como por exemplo, o recrutamento militar<sup>11</sup>, a fabricação da memória e a construção de mitos) (TEIXEIRA, 1991: 69).

Tornava-se viável a utilização de métodos e técnicas de outras ciências (TEIXEIRA, 1991: 69). Neste sentido destacamos, por exemplo, a importância da “sistema de mercês”, no qual um dos eixos de análise é pautado pelo uso de referenciais teóricos da antropologia, com sua ideia de dom e contradom, que tem em Marcel Mauss um dos principais teóricos (MAUSS, 2003; GODELIER, 2001). Por outro lado, elementos da sociologia também podem ajudar. Edmundo Coelho, embora trate de outro período, mostra como esta ciência pode refinar nossa compreensão a cerca das relações interpessoais que se estabelecem entre os militares. E no nosso caso, tal fenômeno é vital, posto que analisamos uma sociedade na qual os laços clientelares estavam presentes no recrutamento e manutenção das tropas (COELHO, 1985:15).

Arno Wehling, por sua vez, ressaltou que trazer este conceito de “guerra total” permite uma abordagem pluridimensional fundamental, pois é possível visualizar novos temas e problemas, entre os quais destacou: a relação dos militares com a sociedade; as fortificações; a formação militar e; a motivação para a guerra. Assuntos que permitem um tratamento interdisciplinar (WEHLING, 2001). Assim, por exemplo, os trabalhos de Beatriz Bueno e de Margarida Tavares da Conceição sublinham a importância do papel dos engenheiros militares na construção/reforma de equipamentos militares, sobretudo de fortalezas, no período moderno lusitano. As autoras mostraram a relação destes profissionais com a sociedade “civil” e a importância que davam as especificidades de

---

<sup>10</sup> Não nos esqueçamos que estamos falando de uma sociedade de Antigo Regime, na qual uma de suas prerrogativas era a forte hierarquização social. Em recente trabalho Moreira procurou trabalhar com esta dualidade quando analisou o processo de nomeação dos capitães de fortaleza da Capitania do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVII (MOREIRA, 2010).

<sup>11</sup> Item que apresentamos alguns exemplos ao longo do texto.

cada região onde eram chamados a atuar (BUENO, 2000 e TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000).

E, por fim, a *Nova História Militar* permite entender as estruturas sociais complexas e, ao mesmo tempo, compreender que instituições e fenômenos militares têm a sua historicidade, portanto são historicamente construídos. Não é a toa que tanto os textos citados de Parente e de Wehling começam mostrando como que ao longo da produção historiográfica houve diferentes abordagens a respeito da história militar (PARENTE, 2006 e WEHLING, 2001). Deste modo, Parente acaba por indicar como metodologia mais propícia ao estudo da *Nova História Militar* a utilizada pela História Social (PARENTE, 2006).

### Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. SP: Brasiliense, 1985.
- BICALHO, M<sup>a</sup> Fernanda. *A cidade e o império*. RJ: Civ. Brasileira, 2003.
- . *Conquista, mercês e poder local*. In *Almanack Braziliense*, nº 2, Nov. 2005.
- BLANCO, Laura. *A cortina de taipa, pedra e cal*. RJ: Uni-rio, dissertação de mestrado, 2009.
- BOXER, C. *Relações raciais no Império colonial português*. RJ: Tempo brasileiro, 1967.
- BUENO, Beatriz. Desenho o desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In *Revista Oceanos*, Lisboa: CNCDP, Nº 41, jan/mar 2000.
- BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. SP: UNESP, 1992.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. RJ: FGV, 2004.
- COELHO, E. A instituição militar no Brasil. In *ANPOCS. BIB*. RJ: ANPOCS, 1º Sem. 1985, pp. 5-19.
- COSENTINO, Francisco C. *Governadores gerais do Estado do Brasil*. SP: Annablume, 2009.
- COSTA, Ana P. Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)*. RJ: UFRJ, 2006, Dissertação de mestrado.
- CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno. *Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII*. In MONTEIRO, N., CARDIM, Pedro. e CUNHA, M. S. (orgs). *Optima pars*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 191-252.
- DOSSE, François. *A história em migalhas*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- FRAGOSO, João e GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas*. In *Revista Tempo*. RJ: 7 letras, 2009, v. 14, nº 27, pp. 49-63.

- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. RJ: Civ. Brasileira, 2001.
- GOMES, José E. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. RJ: FGV Editora, 2010.
- GREENE, Jack. Negotiated Authorities. In: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Virginia: The University Press of Virginia, 1994.
- . Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América. In FRAGOSO, João e GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima. *Na trama das redes*. RJ: Civ. Brasileira, 2010, pp. 95-114.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. In *Estudos Históricos*, RJ, nº1, 1988, pp. 5-27.
- HESPANHA, António e SILVA, Ana Nogueira. A identidade portuguesa. In MATTOSO, J. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 18-41.
- HESPANHA, A. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círc. de Leitores, 2004.
- . *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. SP: Paz e Terra, 2004.
- LADURIE. E. L. *O Estado Monárquico*. SP: Cia. das Letras, 1994.
- LOUREIRO, Marcello. *A Gestão no Labirinto. Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. RJ: UFRJ, Dissertação de mestrado em História Social, 2010.
- MAUSS. M. *Ensaio sobre o dom*. In Sociologia e Antropologia. SP: Cosac & Naify, 2003.
- MELLO, Christiane F. P. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002.
- MELLO. Evaldo C. *Olinda Restaurada*. RJ: Topbooks, 1998.
- MIRANDA, B. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa*. Recife: UFPE, 2006, dissertação de Mestrado.
- MONTEIRO, Nuno. *O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. In *Almanack Braziliense*, nº 2, Nov. de 2005.
- MOREIRA, Luiz G. S. *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)*. RJ: UFRJ, 2010, dissertação de mestrado em História social.
- PARENTE, Paulo A. L. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. In *Revista do IGHMB*. RJ: IGHMB, ano 66, nº 93, 2006, pp. 37-45.
- PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SANCHES, Marcos. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. In *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, nº 1, abril de 2010.

SILVA, Kalina V. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Pref. de Recife, 2001.

TAVARES DA CONCEIÇÃO, Margarida. A praça da guerra aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação. In *Revista Oceanos*, Lisboa: CNCDP, N° 41, jan/mar 2000.

TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In *Revista A Nação e a Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, n° 59, pp. 53-71.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus (990-1992)*. SP: Edusp, 1996.

WEHLING, Arno. A pesquisa da História Militar Brasileira. In *Revista DaCultura*. RJ: Exército Brasileiro, ano I, n°1, jan/jul 2001, pp. 35-38.